

HISTÓRIA PÚBLICA E ENSINO DE HISTÓRIA: DESAFIOS E POSSIBILIDADES PARA O ENSINO DA HISTÓRIA DA DITADURA CIVIL-MILITAR NO BRASIL¹

Lucas Melo da Silva²
Igor Lapsky da Costa Francisco³

RESUMO

Em tempos de negacionismo e revisionismos históricos os professores de História se encontram diante de desafios intensos ao abordar certos temas em sala de aula e, com toda certeza, um dos assuntos que causa polêmica é a história da Ditadura Civil-Militar no Brasil (1964-1985), principalmente num contexto em que são produzidas narrativas que questionam e relativizam o autoritarismo e os crimes cometidos pelo Estado brasileiro ao longo deste período. Deste modo, frente a estes desafios, surge a necessidade de repensar a maneira de abordar este tema em sala de aula e é neste sentido que as reflexões em torno da História Pública e ensino de História podem oferecer contribuições importantes para o enfrentamento deste e de outros tantos desafios que se apresentam aos professores. A partir das reflexões sobre História Pública e ensino de História elaboradas por autores como Caldas (2018), Fagundes e Hahn (2021) e Pacievitch (2021), ou seja, compreendendo que professores e estudantes compartilham a autoria do conhecimento histórico construído em sala de aula a partir de uma relação colaborativa, este trabalho pretende explorar possibilidades no ensino da história da Ditadura Civil-Militar a partir de uma participação ativa do estudante no processo de construção de conhecimento histórico, através de uma experiência de contato e análise de fontes históricas construídas e disponibilizadas pela Comissão Nacional da Verdade, esta que dispõe de relatórios, documentos, audiências e testemunhos disponíveis online e que podem ser explorados na sala de aula em favor da produção de saber histórico escolar crítico, reflexivo e comprometido com os valores democráticos.

Palavras-chave: História Pública, Ensino de História, Ditadura Civil-Militar, Fontes Históricas, Conhecimento Histórico Escolar.

INTRODUÇÃO

O exercício da docência na educação básica é uma tarefa árdua e isto é um fato comum de se ouvir em relatos de professores em geral, pois a falta de interesse, dificuldades de leitura e compreensão textual e indisciplina, são fatores que tornam o trabalho em sala de aula uma tarefa complexa, porém, no que se refere ao ensino de História em específico, é possível perceber novos desafios emergindo nos últimos anos, trata-se da ampla difusão, principalmente por meio do ambiente digital, de narrativas revisionistas envolvendo temas históricos, que adentram no contexto escolar e torna

¹ O projeto de pesquisa em questão conta com o financiamento da CAPES por meio de bolsa.

² Mestrando do Programa de Mestrado Profissional em Ensino de História da Universidade de Pernambuco - PROFHISTÓRIA UPE, prof.lucas.melo12@gmail.com;

³ Professor orientador: Doutor em História Comparada e professor do Departamento de História Universidade de Pernambuco - Campus Nazaré da Mata - UPE/CMN, igor.costa@upe.br.



laborioso o processo de construção de um conhecimento pautado na verdade histórica e com compromisso ético e democrático.

Nos últimos anos é notável o crescimento de grupos que atuam na esfera pública produzindo e divulgando narrativas revisionistas tratando de temas históricos, pode-se citar como exemplo do livro intitulado “Guia Politicamente Incorreto da História do Brasil” e também da produtora de vídeos “Brasil Paralelo”, que se tornaram notórios ao conseguir alcançar o grande público com narrativas revisionistas sobre a História do Brasil. Um dos temas que está inserido nesta batalha de narrativas é a história da Ditadura Civil-Militar no Brasil.

É interessante apontar que segundo Caroline Silveira Bauer (2018) existe uma diferença entre o revisionismo crítico, realizado por pesquisadores quando novas fontes ou metodologias provocam revisões nas análises, do revisionismo apologético, este que é praticado por instituições, grupos e indivíduos que elaboram e difundem narrativas reabilitadoras de períodos e eventos históricos, como é o caso da Ditadura Civil-Militar, e sobre este em específico a mesma autora aponta que: “[...] a especificidade do revisionismo brasileiro: ele não nega, ele não revisa, ele busca legitimidade para a ditadura”. (BAUER, 2018, p. 200).

É possível notar então que o revisionismo brasileiro produz narrativas que não buscam negar os crimes praticados pelos agentes da repressão, ou a censura posta em ação pelo aparato estatal, mas o objetivo deste é elaborar uma estrutura argumentativa que expliquem os “motivos” para que tais medidas fossem tomadas. E por vezes são esses argumentos que muitos estudantes têm levado para à sala de aula no intuito de confrontar professores e colocar em dúvida o conhecimento histórico e os historiadores.

Aos professores de História se impõe a tarefa de lidar com estas narrativas que, inevitavelmente, adentram ao ambiente escolar e geram inúmeros desafios, pois se já é difícil construir saberes diante dos problemas estruturais da educação brasileira, ainda mais complexo é confrontar saberes fundamentados em narrativas históricas distorcidas.

Este trabalho busca nas relações entre História Pública e o Ensino de História elementos que auxiliem os professores nesta árdua missão de promover o ensino da História da Ditadura Civil-Militar (1964-1985) diante de um cenário em que se faz necessário confrontar as narrativas revisionistas que circulam na esfera pública. Para atingir tal finalidade o caminho escolhido foi o de apostar na utilização de fontes



históricas como ferramentas para a construção de um conhecimento histórico escolar à luz das discussões em torno da História Pública e do Ensino de História.

Refletir sobre as interações entre o Ensino de História e a História Pública é uma perspectiva interessante, principalmente levando em conta os desafios do tempo presente. História Pública é um termo escorregadio, pois existem diversas formas de compreender e atuar neste campo de reflexão e ação, embora sua origem remeta aos anos 1970 nos Estados Unidos em que historiadores se viram na necessidade de buscar espaço fora dos ambientes acadêmicos e este ainda é o ponto comum em torno do qual se dão as reflexões nesta área, ou seja, da produção, divulgação e circulação de conhecimento histórico para além dos muros da academia, como aponta Gerald Zahavi: “A história pública explora e apresenta o conhecimento histórico – em uma variedade de formas – para além dos foros acadêmicos tradicionais”. (ZAHAVI, 2011, p. 53).

Ao lidar com a circulação e construção de conhecimento histórico fora do ambiente acadêmico, a História Pública abre espaço para pensarmos nas suas relações com o Ensino de História, pois o que os professores de História fazem cotidianamente nas salas de aula ao estabelecerem interações com estudantes em torno do conhecimento histórico pode ser encarado como uma prática de História Pública.

Everardo Paiva de Andrade e Nivea Andrade apontam que o ensino de História coloca em diálogo o conhecimento histórico circulante na sociedade com os saberes acadêmicos para constituir o saber histórico escolar, e:

Neste sentido, a História escolar é, desde já, uma História Pública, embora o lugar que articule sua linguagem seja, fundamentalmente e inequivocamente, o ambiente do encontro pedagógico de sujeitos particulares, isto é, o lugar da escola. (ANDRADE; ANDRADE, 2016, p. 181).

Ricardo Santhiago (2016) apontam que existem quatro perspectivas de reflexão e atuação no que se refere à História Pública, a saber: a História Pública feita para o público, feita pelo público, a História Pública e o público e uma quarta perspectiva em que se abre a possibilidade de construção da História Pública com o público, e este último aspecto é de fundamental importância para o trabalho em sala de aula à luz das reflexões elaboradas neste campo teórico e prático.

Pensar numa História Pública feita com o público convida a refletir sobre o papel ativo do público na construção do conhecimento histórico. Neste caso o público é constituído pelos estudantes e seu papel não é o de plateia que contempla o espetáculo



narrativo criado por outros, mas o de coautor da análise histórica, tendo o professor a função de mediador nesse processo colaborativo de construção de saberes históricos.

Um conceito muito importante que aponta nesta mesma perspectiva é o de Autoridade Compartilhada, que se origina nas pesquisas em torno da História Oral, mas é incorporado pela História Pública e torna-se de fundamental importância para analisar a relação desta com o Ensino de História.

Autoridade Compartilhada é conceito desenvolvido por Michael Frisch em que este discute e desconstrói a compreensão de que o historiador é o único e exclusivo autor da narrativa histórica. Para Frisch existem outros autores que compartilham esta autoria de modo que não existe relação hierárquica neste processo, mas sim um trabalho colaborativo de construção de conhecimento.

A Shared Authority sugere algo que é; que na natureza da história oral e da história pública nós não somos a única autoridade, os únicos intérpretes, os únicos autores-historiadores. Em vez disso, o processo de interpretação de construção de significados é, por definição, compartilhado. (FRISCH, 2016, p. 62).

Pensando neste conceito aplicado ao Ensino de História podemos compreender que o professor não detém o papel de emissor do conhecimento para alunos que seriam seu público passivo, mas ao pensar em Autoridade Compartilhada no contexto escolar alunos e professores são vistos como sujeitos que interagem de maneira horizontal neste processo cooperativo de produção de conhecimento, como aponta Cyntia Simoni França: “Pela via da autoridade compartilhada a aula de história envolve interpretação e criação, um percurso de fazer história pública, por meio de processos colaborativos por uma via de mão dupla.” (FRANÇA, 2023, p. 214).

Ao pensar o processo de construção do conhecimento desta maneira a implicação necessária é a de romper com a relação hierárquica que compreende a produção do conhecimento histórico como algo circunscrito exclusivamente ao âmbito acadêmico e difundido à sociedade e, conseqüentemente, à escola. Este tipo de concepção não é compatível com um Ensino de História pensado a partir do conceito de Autoridade Compartilhada.

Portanto, ao colocar em interação o Ensino de História, a História Pública e o conceito de Autoridade Compartilhada, faz-se necessário pensar num processo de construção do saber histórico escolar autônomo, embora em conexão com o conhecimento histórico acadêmico, mas não numa relação hierarquizada.



Ressalta-se ainda que para pensar o ensino de História como possibilidade do exercício da história pública é importante o entendimento da aceção da escola como *lócus* de produção de conhecimento, que tanto estudantes como professores são sujeitos ativos desse processo. Assim, há necessidade de superação do pensamento de que a escola é um espaço de aplicação de conhecimentos, provenientes de outras instâncias de saber, especialmente, da ciência de referência. (FRANÇA, 2023, p. 205).

O objetivo deste trabalho é o de colocar em pauta as reflexões sobre História Pública e Ensino de História, levando em consideração a noção de Autoridade Compartilhada e compreendendo a natureza particular do processo de construção do conhecimento histórico escolar, para assim ponderar acerca das possibilidades de enfrentamento do desafio atual de promover o ensino da História da Ditadura Civil-Militar num contexto de difusão midiática de narrativas revisionistas sobre o período em questão.

METODOLOGIA

O trabalho de pesquisa em questão se debruça na tarefa de traduzir numa proposta metodológica as reflexões em torno da História Pública e Ensino de História, na perspectiva da construção de conhecimento histórico escolar a partir da concepção de Autoridade Compartilhada, ou seja, considerando os estudantes como partes integrantes e ativas deste processo.

A proposta em questão é a de mediar a produção de saber histórico sobre a história da Ditadura Civil-Militar (1964-1985) junto à estudantes de ensino médio da rede estadual de ensino de Pernambuco a partir da análise, em sala de aula, dos relatórios da Comissão Estadual da Memória e Verdade Dom Helder Câmara de modo a possibilitar uma oportunidade de elaboração coletiva e colaborativa de conhecimento histórico no ambiente escolar a partir do contato com fontes históricas documentais.

A opção por trabalhar com fontes históricas se dá pelo potencial que este tipo de metodologia carrega em si. Tal como o laboratório é importante para o professor de ciências da natureza, assim o são as fontes para o professor de História, pois estas oportunizam tanto uma ampliação do conhecimento como também uma experiência prática com o “universo do historiador”, ou seja, com o processo de produção do conhecimento histórico.

O trabalho com fontes é tão importante para as aulas de história quanto são as experiências em laboratório para as aulas de química, física ou biologia. De um lado, porque ele (i) permite ampliar o conhecimento sobre o passado e, de outro, porque (ii) possibilita que alunos e alunas perceberam, na prática, como se constitui o conhecimento histórico. (ALBERTI, 2019, p. 133).



Todavia é preciso rigor metodológico e profunda reflexão acerca dos documentos analisados para que este trabalho possa realmente contribuir com a construção de um conhecimento histórico fundamentado e metodologicamente válido. Portanto, é preciso estar atento e preparar os estudantes para conhecer procedimentos de análise documental, situando o documento no seu contexto de produção, explorando e identificando a natureza do documento. (GUIMARÃES, 2012).

Em um primeiro momento o trabalho consiste em realizar a análise prévia do material a ser trabalhado com os estudantes, pois no trabalho com fontes históricas o professor precisa exercer o papel de curador, no sentido de selecionar, a partir de um olhar pedagógico, aquilo que pode contribuir para o alcance dos objetivos educacionais. (BITTENCOURT, 2008).

O próximo passo do trabalho é o de preparar os estudantes para o contato com os documentos históricos, discutindo sobre procedimentos necessários para análise de fontes, debatendo sobre a importância das fontes no trabalho do historiador e como elas são base para a construção de análises historiográficas.

A etapa seguinte consiste na própria análise documental em sala de aula, mediada pelo professor, e consequentemente o compartilhamento coletivo das descobertas, das impressões e das análises realizadas pelos estudantes. É importante salientar que os estudantes serão organizados em equipes, de modo que cada uma destas receberá um trecho do relatório e realizará a análise deste respectivo segmento, assim como compartilhará sua análise com a turma.

Esta proposta foi desenvolvida tendo por inspiração a concepção de aula-oficina de Isabel Barca (2004), a qual aponta que no Ensino de História existe o modelo do aula-conferência, no qual o professor é concebido como o detentor do conhecimento enquanto os estudantes constituem sua plateia; o modelo de aula-conferência, este que compreende a necessidade de desenvolver estratégias de motivação do aluno e de problematização do saber, porém mantendo o professor ainda como o centro do processo educativo; e o modelo de aula-oficina, em que o foco de atenção se volta para o estudante e para o desenvolvimento da instrumentalização em História.

A instrumentalização em História portanto seria mais do que conhecer versões prontas e acabadas do passado, mas em desenvolver ferramentas teóricas e práticas que possibilitem ao estudante questionar narrativas que lhe são apresentadas, interpretar as intencionalidades presentes em determinados discursos e buscar fontes que lhe possibilitem um conhecimento histórico válido e fundamentado, como aponta a autora ao



elencar que uma das habilidades que são desenvolvidas no percurso de um trabalho fundamentado nas aulas-oficinas é a de: “selecionar as fontes com critérios de objetividade metodológica, para confirmação ou refutação de hipóteses descritivas e explicativas.” (BARCA, 2004, p. 133-134).

Ao operar a partir desta metodologia se pretende desenvolver com os estudantes competências importantes não só para o estudo da História, mas também para o próprio exercício da cidadania em uma sociedade marcada pelo excesso de informações e pela distorção destas. Portanto, ao desenvolver a capacidade de leitura crítica de fontes espera-se que o estudante mobilize esta habilidade na sua vida pessoal, como por exemplo, na leitura de notícias veiculadas nas redes sociais e na mídia em geral, em conformidade com o proposto nas competências gerais da Base Nacional Comum Curricular quando esta propõe, na competência geral de número sete, que os alunos sejam capazes de:

Argumentar com base em fatos, dados e informações confiáveis, para formular, negociar e defender ideias, pontos de vista e decisões comuns que respeitem e promovam os direitos humanos, a consciência socioambiental e o consumo responsável em âmbito local, regional e global, com posicionamento ético em relação ao cuidado de si mesmo, dos outros e do planeta. (BRASIL, 2018, p. 9).

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Ao desenvolver tal trabalho com estudantes do ensino médio pretende-se construir uma proposta de ensino de História pautada na preparação destes para o exercício da cidadania um contexto social em que as disputas em torno da verdade e da História se tornaram muito evidentes. Sendo assim, e com advento do mundo digital, o estudante precisa, para além do acesso à verdade historiográfica, de um letramento histórico, que o permita questionar narrativas distorcidas e ter autonomia para buscar fontes confiáveis.

Para alcançar tal objetivo faz-se necessário um ensino de História que ofereça aos estudantes a possibilidade de desenvolver a capacidade de:

[...] interrogar criticamente as narrativas que encontram nos livros didáticos, nas redes sociais ou nos discursos políticos, e que compreendam que toda construção histórica é fruto de escolhas, disputas e evidências. (DUARTE DA SILVA, 2025, p. 11).

Pautar o ensino de História na perspectiva do desenvolvimento da capacidade de pensar historicamente é reconhecer que num contexto de revisionismos circulantes faz-se necessário que os estudantes conheçam os pressupostos metodológicos da historiografia a fim de que possam reconhecer as diferenças entre um conhecimento bem fundamentado e uma narrativa distorcida.



Em um contexto marcado pela fragmentação informacional e pela intensificação dos usos públicos do passado, torna-se essencial que o ensino da disciplina desenvolva práticas pedagógicas que favoreçam a análise crítica de fontes, a mobilização de categorias epistemológicas e a construção de competências interpretativas. (DUARTE DA SILVA, 2025, p. 3).

Também é importante reconhecer que os discentes são atores ativos nesse processo, por isso acionar o conceito de autoridade compartilhada chama atenção para o fato de que o conhecimento histórico não é algo que pode ser simplesmente transmitido ao ambiente escolar, mas se trata de um processo de construção coletiva contando com a participação efetiva de alunos e professores.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As possibilidades que se abrem a partir das interrelações entre História Pública e o Ensino de História são muitas e variadas, neste estudo buscamos refletir sobre possíveis caminhos a serem trilhados na perspectiva de enfrentar o desafio dos revisionismos históricos a partir do trabalho em sala de aula à luz dos debates em torno da História Pública.

Pensar o ensino de História como prática de História Pública nos convida a compreender o espaço escolar como lugar de encontro de saberes e de construção do conhecimento histórico-educacional, ou seja, a sala de aula não se destina à recepção passiva do conhecimento acadêmico. A consequência necessária é o rompimento com a perspectiva hierárquica que coloca o saber histórico escolar numa posição inferior ao acadêmico e concebe os alunos como puros receptores da “luz do saber” produzido externamente. É neste íterim que o conceito de Autoridade Compartilhada oferece a possibilidade de olhar para a aula de História como uma oportunidade de construção coletiva de conhecimento, o que parece ser fundamental num contexto em que professores e universidades são postos sob suspeita de práticas doutrinadoras. Portanto, enfatizar o papel ativo do estudante na produção do saber histórico é uma possibilidade de enfrentamento dos desafios postos pela conjuntura atual ao ensino de História.

Ao apontar para a importância de promover na educação básica a aquisição de uma instrumentalização em História por parte dos estudantes, esta pesquisa toca num desafio central para o atual cenário, pois num contexto de difusão em massa de informações distorcidas, narrativas negacionistas e versões revisionistas da história se faz necessário preparar os estudantes para, de forma autônoma, analisar criticamente as



narrativas que lhes são apresentadas e buscar fontes comprometidas com o rigor metodológico historiográfico.

Este trabalho não esgota as possibilidades de reflexão sobre os desafios impostos ao Ensino de História, assim como também existem muitas possibilidades de pensar o contexto escolar à luz de História Pública. Muitos caminhos podem ainda ser trilhados e novas perspectivas podem ser abertas ao passo em que mais professores/pesquisadores se debrucem em torno desta temática tão relevante para o contexto atual.

REFERÊNCIAS

ALBERTI, Verena. Fontes. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; OLIVEIRA, Margarida Maria Dias de. **Dicionário de ensino de história**. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2019.

ALMEIDA, Juniele Rabêlo de; ROVAI, Marta Gouveia de Oliveira. (org.). **Introdução à história pública**. São Paulo: Letra e Voz, 2011.

ANDRADE, Everardo Paiva; ANDRADE, Nívea. História pública e educação: Tecendo uma conversa, experimentando uma textura. In: MAUAD, Ana Maria; ALMEIDA, Juniele Rabêlo de; SANTHIAGO, Ricardo. (org.). **História Pública no Brasil: Sentidos e itinerários**. São Paulo: Letra e Voz, 2016.

BAUER, Caroline Silveira. Qual o papel da história pública frente ao revisionismo histórico? In: MAUAD, Ana Maria; SANTHIAGO, Ricardo; BORGES, Viviane Trindade. (org.). **Que história pública queremos? = What public history do we want?**. São Paulo: Letra e Voz, 2018.

BARCA, Isabel. Aula Oficina: do Projeto à Avaliação. In: **Para uma educação de qualidade: Atas da Quarta da Jornada de Educação Histórica**. Braga: Universidade do Minho, 2004. Disponível em: <https://projetchronos.wordpress.com/wp-content/uploads/2017/03/barca-isabel-aula-oficina-do-projeto-acc80-avaliaccca7acc83o.pdf> Acesso: 26 out. 2025.

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. **Ensino de História: fundamentos e métodos**. São Paulo: Cortez, 2008.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, 2018.

CALDAS, Renan Rubim. **Narrativas em movimento – do “Escola Sem Partido” à “Educação Democrática”: história pública e trajetórias docentes**. Dissertação (Mestrado em História). Niterói, RJ: Universidade Federal Fluminense, 2018.

DUARTE DA SILVA, Roberta. Pensar Historicamente em Tempos de Negacionismo: Sentidos e Práticas no Ensino de História. **Mneme - Revista de Humanidades**, [S. l.], v. 27, n. 50, p. 1–19, set. 2025. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/mneme/article/view/40060>. Acesso em: 27 out. 2025.



FAGUNDES, Bruno Flávio Lontra; HAHN, Fábio André. As duas faces de uma mesma moeda? Considerações sobre o ProfHistória e história pública. In: HEREMETO, Miriam; FERREIRA, Rodrigo de Almeida. (org.). **História pública e ensino de história**. São Paulo: Letra e Voz, 2021.

FRANÇA, Cyntia Simoni. Tramas e urdiduras da História Pública na interface com o Ensino de História. In: MOURA, Carlos André da Silva; OLIVEIRA, Gustavo de Souza; REIS, Marcos Vinícius de Freitas. (Org.) **Ensino de História: práticas e formação docente**. Recife: Edupe, 2023.

FRISCH, Michael. A história pública não é via de mão única, ou, De A Shared Autothority à cozinha digital, e vice-versa. In: MAUAD, Ana Maria; ALMEIDA, Juniele Rabêlo de; SANTHIAGO, Ricardo. (org.). **História Pública no Brasil: Sentidos e itinerários**. São Paulo: Letra e Voz, 2016.

GUIMARÃES, Selva. **Didática e prática de ensino de História**: Experiências, reflexões e aprendizados. Campinas: Papirus, 2012.

HEREMETO, Miriam; FERREIRA, Rodrigo de Almeida. (org.). **História pública e ensino de história**. São Paulo: Letra e Voz, 2021.

PACIEVITCH, Caroline. Ensino de História: Narrativas que percorrem a escola e o público. In: HEREMETO, Miriam; FERREIRA, Rodrigo de Almeida. (org.). **História pública e ensino de história**. São Paulo: Letra e Voz, 2021.

SANTHIAGO, Ricardo. Duas palavras, muitos significados: Alguns comentários sobre a história pública no Brasil. In: MAUAD, Ana Maria; ALMEIDA, Juniele Rabêlo de; SANTHIAGO, Ricardo. (org.). **História Pública no Brasil: Sentidos e itinerários**. São Paulo: Letra e Voz, 2016.

ZAHAVI, Gerald. Ensinando história pública no século XXI. In: ALMEIDA, Juniele Rabêlo de; ROVAI, Marta Gouveia de Oliveira. (org.). **Introdução à história pública**. São Paulo: Letra e Voz, 2011.

